ISSN: 2358-8829

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL

Dayane de Souza Aguiar[1]
Yasmin Tawanny Lopes Pereira[2]
Amanda Pereira Silva[3]
Soraya Maria Barros de Almeida Brandão [4]

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta o comportamento, impactando a comunicação e a convivência social. Ele é chamado de 'espectro' porque não existe um padrão único: cada pessoa autista pode apresentar sinais e desafios diferentes no dia a dia. Por isso, o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) divide o TEA em três níveis: nível 1 (requer suporte), nível 2 (requer suporte substancial) e nível 3 (requer suporte muito substancial). Quanto mais cedo ocorrer o diagnóstico e o início das terapias, maiores são as chances de garantir qualidade de vida ao indivíduo. Vale lembrar que o autismo não é adquirido ao longo da vida, e seus critérios diagnósticos estão presentes desde o nascimento.

O processo de ensino-aprendizagem de crianças com TEA na Educação Infantil acontece de formas diversas, já que cada uma possui suas próprias particularidades. Embora as pessoas autistas compartilhem algumas características em comum, existem variações no processamento sensorial, na interação social, na comunicação e nos interesses específicos. Por isso, é fundamental que as práticas pedagógicas inclusivas levem em conta essas especificidades individuais na hora de planejar as atividades. Com

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, aguiar.dayane@aluno.uepb.edu.br;
[2] Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, yasmin.pereira@aluno.uepb.edu.br;
[3] Graduanda do Curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, pereira.amanda@aluno.uepb.br;
[4] Docente Doutora em Linguística pela UFPB e Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, soraya.brandao@uepb.edu.br.

isso, surge a perspectiva histórico-cultural baseada na interação social, de acordo com Lev Vygotsky "Nós nos tornamos nós mesmos através dos outros." (VYGOTSKY, 1989, p. 56 apud PINO, 2000)", ou seja, para que as crianças evoluam em seu desenvolvimento é necessário o convívio social e a mediação para sua aprendizagem efetiva.

Conforme a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) a criança possui seis direitos de aprendizagens, tais quais são: brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se, logo, para que as crianças autistas usufruam de seus devidos direitos é imprescindível que a mediação pedagógica seja realizada de forma adequada, com isso, surgiu a questão qual é o papel da intervenção pedagógica em casos de transtorno do espectro autista segundo a perspectiva histórico-cultural? De acordo com Mello (2020):

> A mediação pedagógica é compreendida como uma atividade intencional, organizada e planejada pelo professor, que busca promover o desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos estudantes, considerando suas necessidades e possibilidades de aprendizagem. (MELLO, 2020, p. 78-79).

Portanto, por meio da mediação pedagógica que ocorre o desenvolvimento e aprendizagens das crianças. Para Grandin e Panek (2015, p. 204) discutem que, quando uma criança apresenta dificuldades em determinada área do conhecimento, o educador deve considerar outras possibilidades de ensino, valorizando as habilidades que ela demonstra em diferentes campos.

De acordo com Lacerda "Em uma criança típica o comportamento adequado para conseguir algo é facilmente ensinado, enquanto na pessoa com autismo, ela é muito difícil, exigindo profissionais para orientar o trabalho". (2017, p. 32).

METODOLOGIA

O interesse nessa temática surgiu por meio do seguinte questionamento: Qual é o papel da intervenção pedagógica em casos de transtorno do espectro autista segundo a perspectiva histórico-cultural? Para condução dessa investigação nos baseamos nos estudos de Vygotsky (1998), Lucelmo Lacerda (2017) e Temple Grandin (2015), outroassim, utilizou-se a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, tendo como instrumentos a revisão de literaturas e aplicação de questionários à dez professores da Educação Infantil, com isso, realizamos uma análise do apunhado dos resultados.

O questionário contém nove perguntas, sendo cinco objetivas e quatro discursivas, as indagações eram: Em qual turma da Educação Infantil você leciona?, Em sua sala de aula há crianças diagnosticadas com TEA? Se sim, quantas, Você possui alguma

formação específica relacionada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA)? , Caso possua formação específica relacionada ao TEA, qual(is)?, Sente dificuldade em mediar a aprendizagem com crianças autistas?, Quais são as principais dificuldades encontradas por você ao realizar a mediação pedagógica de uma criança com TEA em sala de aula regular?, Você realiza adaptações nas atividades propostas ou rotina para atender às necessidades da criança com TEA?, Quais tipos de adaptações você costuma realizar?, Você considera que a interação com o professor e com as outras crianças contribui para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança com TEA? Por quê? Os questionamentos foram elaborados a fim de conhecer um pouco a realidade de sala de aula e a inclusão da criança com TEA na Educação Infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por meio do questionário, respondido por dez professoras da Educação Infantil, evidenciam que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda apresenta desafios no cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito à formação docente e à organização de práticas pedagógicas que considerem as necessidades individuais dessas crianças. Um dado que merece destaque é que metade das participantes afirmou possuir formação específica na área do autismo, enquanto a outra metade declarou não ter essa formação. Essa realidade aponta para a necessidade de ampliar as oportunidades de formação continuada, uma vez que o conhecimento sobre o TEA é importante para que os professores compreendam as diferentes formas de comunicação, interação e aprendizagem, evitando práticas generalizadas que desconsiderem as particularidades de cada criança.

Essa questão torna-se ainda mais relevante quando se observa que 66,7% das participantes afirmaram apresentar dificuldades na mediação da aprendizagem de crianças com TEA, enquanto outras 16,7% relataram enfrentar essas dificuldades quase sempre. Entre os principais desafios mencionados estão a adaptação das atividades, a manutenção da atenção e da participação, as dificuldades de comunicação e interação social, as mudanças na rotina e o manejo de situações de desregulação emocional. Tais aspectos demonstram que a atuação docente exige mais do que a aplicação de atividades diferenciadas: requer planejamento, observação e compreensão das necessidades de cada criança, além de condições adequadas para desenvolver um trabalho inclusivo.

Em relação às adaptações pedagógicas, os dados revelam que 50% das professoras afirmaram realizá-las sempre, enquanto as demais indicaram frequências entre quase sempre e às vezes. Nas respostas abertas, foram mencionadas estratégias como o uso de recursos visuais e materiais concretos, instruções mais curtas e objetivas, adequação do tempo e da quantidade de atividades, organização da rotina e utilização de interesses específicos das crianças. Essas práticas demonstram uma preocupação das docentes em favorecer a participação e o acesso às propostas pedagógicas. Entretanto, é importante compreender que adaptar não significa apenas simplificar ou reduzir as atividades, mas criar condições para que a criança participe das experiências educativas e tenha acesso às aprendizagens, respeitando seu ritmo e suas formas de expressão.

Outro resultado significativo refere-se à percepção das professoras sobre a interação entre a criança com TEA, os docentes e os demais colegas. Todas as participantes reconheceram que essas interações contribuem para o desenvolvimento e a aprendizagem. Esse dado dialoga com a perspectiva histórico-cultural, especialmente com as contribuições de Vygotsky, ao compreender que a aprendizagem se constitui nas relações sociais e nas experiências compartilhadas. Contudo, reconhecer a importância da interação não garante, por si só, que ela aconteça de maneira efetiva no cotidiano escolar. É necessário que o professor organize situações que favoreçam a participação, a comunicação, a troca e a construção de vínculos, considerando as características e as possibilidades de cada criança.

Além disso, as respostas evidenciam que as dificuldades relatadas pelas professoras não estão relacionadas exclusivamente às características das crianças, mas também às condições em que o trabalho pedagógico acontece. A necessidade de oferecer atenção individualizada, ao mesmo tempo em que se acompanha o restante da turma, bem como os relatos de insegurança diante de situações de crise e de falta de apoio, revelam que a inclusão não pode ser compreendida como uma responsabilidade individual do professor. Ela exige formação, planejamento coletivo, recursos pedagógicos e suporte institucional.

Por fim, é necessário considerar que os resultados representam as percepções de um grupo reduzido de seis professoras, não sendo possível generalizá-los para a realidade de todas as instituições de Educação Infantil. Ainda assim, os dados permitem identificar questões relevantes sobre os desafios da mediação pedagógica no contexto da inclusão de crianças com TEA. Dessa forma, compreende-se que a efetivação de práticas inclusivas

depende não apenas da disposição dos professores em adaptar suas atividades, mas também de condições que assegurem a participação e o acesso dessas crianças às experiências e aprendizagens escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que a mediação pedagógica contribui não apenas para a inclusão e o desenvolvimento integral da criança, mas também para o fortalecimento do processo de aprendizagem, favorecendo a participação e o desenvolvimento de crianças com TEA.

Além disso, mostra que os profissionais são comprometidos que procuram aplicar práticas inclusivas no dia a dia. Contudo, fica evidente a necessidade de maior investimento em formação continuada (focada na gestão de comportamentos e crises) e na presença de profissionais de apoio pedagógicos em sala para evitar a sobrecarga do professor e garantir uma aprendizagem mais efetiva.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Educação Infantil, Abordagem Histórico-cultural, Mediação Pedagógica, Inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

MELLO, Maria Aparecida. *O conceito de mediação na teoria histórico-cultural e as práticas pedagógicas*. Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da Conquista, n. 23, p. 72-89, 2020.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A formação social da mente*: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LACERDA, Lucelmo. *Transtorno do espectro autista: uma brevíssima introdução*. Curitiba: CRV, 2017.

GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. *O cérebro autista: pensando através do espectro*. Tradução de Cristina Paixão Lopes. Rio de Janeiro: Record, 2015.